

# O fazer geográfico em busca de sentidos ou a Geografia em diálogo com a Sociologia do tempo presente

*Catia Antonia da Silva*

✉ [catia.antonio@gmail.com](mailto:catia.antonio@gmail.com)

## Resumo

Diante das mudanças sociais e econômicas, assim como da crise societária e política da contemporaneidade, que se acompanham de grandes mutações na produção social do espaço, é imprescindível que se discuta não só o papel das ciências nesse processo, mas ainda o modo como no presente se faz geografia. No cotidiano da prática geográfica é um desafio compreender as possibilidades metodológicas e a produção de conceitos sob a perspectiva da interdisciplinaridade. Procura-se aqui, mediante análise interdisciplinar, expor a importância que a obra da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro tem para o enriquecimento do diálogo entre a sociologia e a geografia. Este artigo se divide em três seções. A primeira traz questionamentos acerca das implicações e dos desafios do fazer científico. A segunda problematiza os limites de rotinizar e racionalizar o fazer da ciência geográfica. E, mostrando no que Ana Clara Torres Ribeiro contribui para este, a terceira seção apresenta os contextos sociais e políticos e produção teórica que favorecem a colaboração interdisciplinar entre a geografia e a sociologia.

\* \* \*

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia, Sociologia, fazer científico, tempo presente.

## Introdução

Este texto foi voltado para aqueles estudantes que me ouviram na aula inaugural do curso de graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em março de 2012, quando, pela primeira vez após o falecimento de Ana Clara Torres Ribeiro, pude falar sobre ela e seu fazer sociológico, refletindo sobre meu próprio fazer geográfico. Assim, intencionei apresentar alguns elementos para analisar o fazer ciência geográfica neste tempo presente em que vivemos, experimentamos e praticamos como professores e pesquisadores, e que nos força a valorizar a atenção à produção social de conceitos e métodos no nosso campo de trabalho.

Nesta aula inaugural, tenho uma tarefa de contribuir, com muita seriedade e responsabilidade, para a compreensão do papel da ciência geográfica na constituição atual da sociedade. É importante realizar uma reflexão sobre filosofia da ciência — epistemologia e *episteme* (sentido das ações), sobre a compreensão das ações do fazer geográfico, que consiste no recorte teórico-conceitual e nos caminhos metodológicos trilhados. Estamos tratando, portanto, da busca pelo entendimento do sentido das ações do ser geógrafo no tempo presente, o que significa identificar o sentido das escolhas de uma atividade profissional, como professor, pesquisador e/ou estudante. Pensar o fazer profissional remete-nos ao diálogo com a produção do conhecimento, que é uma ação coletiva, inserida numa relação espaço-tempo da experiência coletiva e em fundamentos que contribuem, consciente ou inconscientemente, no papel social de sujeito e objeto diante do mundo em cuja ciência está participando. Estou fazendo referência à ciência no mundo da vida, deste mundo do século XXI.

Nesse sentido, a *episteme* refere-se, sem dúvida, ao pensar sobre nosso próprio fazer — a prática da arte de elaborar e desenvolver a pesquisa, a atividade docente, a atividade técnica junto aos movimentos sociais ou ao poder público, o que nos remete a algumas questões centrais: (1) compreender o papel da Geografia que praticamos na ação cotidiana; (2) identificar qual é a concepção de geografia em nossa práxis, o que remete dialeticamente a compreender qual é a geografia que produzimos com nossa prática cotidiana.

Desse modo, este artigo divide-se em três seções: a primeira apresenta os contornos da Geografia enquanto ciência humana, seus avanços e seus limites frente à modernidade. A segunda seção dá ênfase à rotinização na ciência e a seu perigo na produção da consciência sobre o fazer geografia. A terceira seção intenciona a apresentação das contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro no

diálogo entre a Geografia e a Sociologia, e na compreensão do fazer científico no tempo presente.

### Ciência, Geografia e sentido da ação

As questões apresentadas na introdução têm alguns pontos de partida, como por exemplo, averiguar o papel da Geografia no contexto das ciências humanas, problematizando o que é ciência humana. As ciências humanas constituíram-se como tais durante o século XIX, de forma complexa, com diversas proposições de abordagens. Löwy (1997) explica que houve orientações de Kant, dentre outros filósofos que problematizavam a necessidade de construção de sínteses, na compreensão do mundo a partir das experimentações — das observações, do domínio racional sobre a realidade. As sínteses fazem referências a conceitos, mas também à estrutura de método que orienta a calculabilidade e as referências que constroem ícones de interpretação de processos complexos e abrangentes do movimento da realidade (WEBER, 2000, 2001, 2006). No entanto, surge aí um problema fundamental. O que é realidade? A realidade existe? A ciência consegue de fato descrever, observar, explicar, ter o domínio sobre o ser, o estar, a realidade, o concreto?

Essas são algumas das questões que vêm desde o nascimento das ciências, foram pressupostos de busca e consistem em uma luta de ideias identificada como conflitos de projetos de visão de mundo e de metodologias que existem ainda entre nós.

Historicamente, esse debate fez nascer campos científicos, ou seja, especializações e disciplinas em busca da produção de conhecimento. O risco, diz Morin (1996), é que a especialização na produção do conhecimento que rompe qualquer forma de diálogo interdisciplinar, ou a perda da totalidade analítica e da percepção da complexidade do mundo. E cada vez mais, apesar da setorização do conhecimento científico, há necessidade de compreensão da configuração do campo científico, do papel da universidade e de outros saberes (SOUZA, 2008, p. 228). Desse modo, as ciências humanas avançaram e avançam hoje em diálogo com as ciências que produzem objetos tecnológicos, que fazem a compreensão de elementos ditos da natureza, embora seja importante compreender que a natureza é também uma incógnita filosófica e não um dado em si. A natureza não é um dado. Tem sentidos e significados simbólicos e juízos de valor sendo disputados política e culturalmente.

## Conhecimento e produção intelectual no campo da ciência

A produção do conhecimento científico é sempre coletiva, por isso a importância de conhecer a história do pensamento científico e filosófico. O conhecimento científico, por sua vez, faz parte de outras formas de produção de conhecimento e de leitura de mundo. Na verdade, há muitas formas de produção de conhecimento realizadas pelas empresas, pelo Estado, pelos homens comuns, pelas bases étnico-culturais e pelo fazer do cotidiano e do trabalho. A produção científica é uma delas, talvez a mais prepotente de todas, ao conformar-se a ocidentalização do mundo e como forma de racionalidade dominante, uma vez que cria orientações (ideias e técnicas) para o Estado e a economia global (MARRAMO, 1997). Assim, é necessário compreender que a ciência alavanca processos de modernização — no campo tecnológico e das ideias — e reifica projetos de secularização. Entretanto, ela também é filha de seu tempo, está envolvida por ideologias, por sentidos de imanência e de transcendência — sentido das ações —, por secularização de densidades política e ideológica. Depende, ainda e cada vez mais, de recursos financeiros e humanos, da proteção do Estado, e mais recentemente, da proteção das empresas — daí a ciência viver a sua crise entre se libertar e se aprisionar, entre a dominação e a emancipação. Entretanto, a ciência é central para a dominação, já dizia Polantz (2000) quando analisa o papel da ciência na ossatura do Estado moderno.

Milton Santos, por sua vez, chama a atenção para a construção do pensamento crítico na Geografia, nos seus livros *Por uma geografia nova* (1982) e *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (1978). Assim, a ciência também pode ser central para a emancipação — para a construção de futuro —, e o futuro é projetado, é costurado. Por isso, não há ciência neutra; sua ação, por ser portadora de sentidos, se orienta por princípios construtores de sentido e visão de mundo.

Desse modo, ciência é ação política, como muito bem demonstram Morin, 1993; Santos, 1996; Moreira, 2006; Lefebvre, 2008; e Massey, 2008. O fazer ciência é político, dizem Hobsbawm (1998) e Certeau (2007). Precisamos pensar no fazer ciência incluindo a compreensão das práticas e da visão de mundo por nós compartilhadas. Pensar nesse fazer científico cotidiano e nos sentidos das ações do fazer ciência. Mas como tratar disso, como pensar a nossa própria ação?

Alguns pontos para a reflexão:

*Primeiro:* é fundamental compreender o campo da ciência que abraçamos como profissão, como ação e como lugar social. Por que vocês escolheram

Geografia? Já pensaram nos motivos?

*Segundo:* O que é geografia? Qual é a geografia em que acreditamos?

*Terceiro:* Buscar compreender os campos do conhecimento — facetado, multifacetado, de mergulho, de interação, construindo um *habitus* — forma de fazer e de agir que conforma e é conformada por uma composição de grupo, de classe e de *status* social (BOURDIEU, 1974), leituras, recortes e intervenção de/sobre o mundo.

*Quarto:* buscar entender a história de seu pensamento — é fundamental saber de onde vêm muitas das afirmações ou negações que narramos e quais as falas e problemas construídos por “porquês” e os caminhos: por que este caminho e não outro?

*Quinto:* mergulhar no entendimento de como a Geografia se consiste enquanto ciência hoje: filosofia da ciência — suas contribuições ao conhecimento científico, abordagens, metodologia da ciência, temas dominantes, recorrentes, emergentes, questões e problemas, teorias, recortes conceituais e teóricos, metodologias da pesquisa, metodologias do ensino de Geografia. Conhecer a totalidade do fazer ciência geográfica no tempo presente.

*Sexto:* fazer escolhas: qual é o caminho que quero seguir, sem inocência, pois a escolha é profissional, mas também é uma decisão política; por que não seguir outros caminhos, outras escolhas? Quais são as condições do mercado de trabalho? É possível fazer uma ciência emancipatória? É possível fazer uma ciência para o desenvolvimento social? É possível fazer uma ciência em diálogo com outros saberes? Há muita coisa em jogo, mas não podemos perder o sentido de nossas ações na construção coletiva do fazer em Geografia.

### Geografia e o fazer científico

A geografia não é uma ciência simples. Quem a escolheu como profissão por achá-la simples, se enganou profundamente. A geografia não é a ciência da paisagem, não é a ciência do espaço como notícia efêmera, não é a ciência da representação como retrato (estático) das ações dos agentes (atores, personagens de uma narrativa fingida), como feita nas reportagens. Essa compreensão está mais para o fazer do jornalista, que tem como objeto a produção de leitura, discursos, linguagens e comunicação, texto, hipertexto, a imagem como texto, a imagem em movimento como elemento efêmero a ser divulgado na instantaneidade do campo no qual ele opera (mídia, imprensa etc.). A Geografia não trabalha com a velocidade da informação e da comunicação. A Geografia opera com a

compreensão do mundo, o que significa reflexão, explicação, detalhamento no entendimento de fenômenos humanos e físicos (SANTOS, 1982). Filha do seu tempo, como ciência, a Geografia teve a erupção de sistematização num processo lento calcado em múltiplos condicionantes, tanto históricos quanto pelo desenvolvimento material da sociedade, formulados a partir de postulados científicos e filosóficos (MORAES, 1989). Assim, a Geografia avança pela objetivação no movimento de constituição do modo de produção capitalista. É um produto historicamente recente da produção da humanidade; surge como pré-ciência, pelos naturalistas e, assim como a História, era fundamentada pela intuição das experiências de viagens e criava uma forma de nomeação e de interpretação de mundo (MORAES, 1989).

Quando se torna ciência propriamente dita, no século XIX, a Geografia, de acordo com Moraes, passa a se intelectualizar, a seguir parâmetros filosóficos mais rígidos do fazer metodológico, ou seja, do fazer geográfico, segundo paradigmas dominantes de cada época. De acordo com o autor, “o pressuposto mais fundamental da Geografia moderna era o conhecimento efetivo de todo o planeta, isto é, que o mundo conhecido atingisse a total extensão da Terra” (MORAES, 1989, p. 17).

O desejo pela secularização (colonização do futuro) e o pensamento coletivo da produção da Geografia buscava pela magnitude real da superfície terrestre (em termos de domínio cognitivo sobre sua forma, dimensão, subdivisão, estrutura, classificação de seus elementos e de limites). A Geografia moderna orientava-se por um patamar mínimo para o afloramento da reflexão sistematizada sobre esse espaço concreto e, assim, surgem conceitos como cidade e região, desenvolvidos por Vidal de La Blache (1883) e seus discípulos e, dentre tantos outros, nomeando o mundo e não simplesmente descrevendo como se acreditava (MORAES, 1989, p. 17).

Os grandes descobrimentos, as grandes navegações, os objetos técnicos contribuíram para a expansão do capitalismo e da Geografia. Não vamos aqui aprofundar a história da Geografia moderna, dos autores e abordagens construídas ao longo desse tempo. Não haveria tempo hábil para nos aprofundarmos. Mas gostaria de aprofundar sobre o estudo geográfico do século XXI, compreendendo a geografia que estamos fazendo no presente. É claro que não podemos perder de vista a história do pensamento geográfico. O fazer geografia nos remete a várias temporalidades e espacialidades, a várias abordagens e caminhos possíveis orientados por princípios construídos no passado e no presente. Mas diante de uma sala de aula refletimos: (1) como e o que ensinar no campo da geografia hoje com

toda a parafernália técnica-científica-informacional? (2) Diante de uma monografia, dissertação, tese ou do fazer do professor universitário, o que estudar em geografia? (3) Como a geografia avança a partir do ensino e da pesquisa? Tais questões não são para fechar em conclusão o debate de hoje; necessitamos com elas, na verdade, para abrir o debate, abrir a reflexão sobre o fazer em Geografia no tempo presente. Somos nós que construímos as fontes históricas no tempo presente. A geografia é principalmente a ciência do presente. Desse modo, denominamos de fazer geográfico o conjunto de ações que desempenhamos em nosso cotidiano vivido, no exercício da aula, da gestão e da pesquisa, na nossa relação com os sujeitos que constroem suas histórias e visões de mundo a partir do cotidiano. O fazer geográfico consiste, então, no agir, e no pensar sobre o agir; em, apesar de todo o peso da cotidianidade, pensar sobre o sentido de nossa ação, que é individual, mas tem rebatimentos coletivos, tem implicações na formulação da visão de mundo, produzindo e disputando visões de mundo. Nesse contexto, buscar caminhos é pensar a metodologia de ensino e de pesquisa, no processo de produção e não *a priori* somente, alterando-a, ao mesmo tempo em que estaremos alterando a nossa própria natureza humana, identificando interações, sociabilidades, espacialidades e historicidades de nossos percursos na vida social e espacial e na/da nossa própria produção profissional ou estudantil.

Milton Santos, em 1982, no livro *Por uma geografia nova*, chama a atenção sobre as palavras de Jean Brunhes: “a geografia humana não está feita, temos ainda de fazê-la” (BRUNHES apud SANTOS, 1982, p. 53). Na verdade, nesse trecho do livro, reflete sobre a importância da compreensão da ação da produção científica no tempo presente, problematizando o fato de que essa ação não é neutra. De modo semelhante, Michel de Certeau (2007), em seu livro *A escrita da história*, também realiza importante reflexão sobre o fazer científico. Para ele, “o fazer em história se apoia num poder político que criou um lugar limpo (conceitos de cidade, de nação etc.) onde apoia um querer, um poder e vê um recortar: escrever (construir), criando um sistema lógico — o texto (que é uma razão que articula práticas)” (2007, pp. 31-64). Trata-se de um querer fazer autônomo — o fazer do historiador é poder político porque dá lugar às exigências do pensamento, dando e querendo fazer do historiador um sujeito da operação política. É sua inserção no meio, sob a qual recorta um poder de decisão e de ação quando define um problema ou variáveis para manipular a complexidade do mundo e impor uma visão de mundo. Isso é o trabalho intelectual, que assim também se dá no fazer do professor e do pesquisador em Geografia. Michel Foucault, no livro *Microfísicas do poder* (1979), faz importante análise sobre a relação entre poder e saber, nas suas formas mais intersticiais. Identifica, na Geografia, o poder de domínio do território.

### Afirma Foucault:

Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar, o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discurso. Quem encarasse a análise dos discursos somente em termos de continuidade temporal seria necessariamente levado a analisá-la e encará-la como transformação interna de uma consciência individual. Construiria ainda uma grande consciência coletiva no interior da qual se passariam as coisas.

Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar, ao contrário, decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações sociais (1979, p. 158)

Ao falar sobre a produção de discurso sobre elementos espaciais, tais como o território, Foucault reconhece um problema: a produção de narrativas que impõem um poder sobre a produção do visível, quer seja como um tema ou uma nova questão, interferindo na leitura de mundo, que, uma vez escrita, pode ser instrumento de emancipação ou de dominação. Por isso o saber, sobretudo o institucionalizado, tem em si o poder, o poder de disposição na produção de leitura de mundo. Nessa problemática, não podemos achar que nosso trabalho é “bom e inocente”. Ele é sempre político, mesmo quando não corroboramos. Mesmo que não pareça ser, pois estamos disputando projetos e visões de mundo. Porque lidar com o espaço (social e a natureza) no tempo presente e com a produção social do espaço é disputar projetos, é realizar a secularização — colonizar o futuro. Max Weber, um dos críticos da modernidade, em seus livros *Ciência e Política: duas vocações* (2001) e *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais* (2006), diz, na primeira obra: “falam-se hoje em dia que a obra verdadeiramente definitiva e importante é a obra do especialista” (2001, p. 32) — ou seja, fala-se do fazer ciência como regulado por conjecturas, isto é, por fundamentos, por formulações e orientações preconcebidas. Desse modo, a objetividade seria uma

busca científica de difícil realização porque a busca da verdade é o tempo todo orientada por valores e, portanto, por julgamento de valor. Ressalta o autor: “a capacidade do discernimento entre conhecimento e avaliação e o cumprimento tanto da obrigação científica de ver a verdade dos fatos como da obrigação prática de defender seus próprios ideais é aquilo a que devemos voltar a nos acostumar com mais força” (2006, p. 22). Por conseguinte, Weber (2006) demonstra o exercício permanente de buscar a necessidade de ordenar em pensamento a realidade empírica de modo a levantar a reivindicação da validade científica. Mas a validação, quer seja individual quer seja coletiva, inscreve-se num campo de “sentidos da vida cultural”, portanto de parâmetros éticos que balizam, negam ou confirmam a produção científica, numa determinada conjuntura ou período histórico.

### **Produção científica, modernidade, rotinização: tendências à perda de sentidos**

Sobre a rotina do fazer ciência, Weber (2001) chama a atenção para a produção universitária como especialização do trabalho. Fala sobre as semelhanças e diferenças do trabalho do cientista e de outro trabalho qualquer. Fala das conjecturas, ou seja, dos contextos que nos levam a abraçar uma profissão, e da necessidade de reconhecer a intuição necessária e fundamental para formular hipóteses ou referências de desencantamento do mundo. Trata, ainda, da perda na produção em ciência, referente a essa necessária conjectura, porque a rotinização do cotidiano do fazer científico vem rompendo com a capacidade criativa e a visão mais ampla de processos humanos. Sobre essa tendência, aprofunda-se a imposição do paradigma administrativo no fazer científico e na ação de governança dos técnicos no seio do Estado, já dizia Ana Clara Torres Ribeiro (1998).

No que se refere ao problema de significação da ciência, diz Weber (2001, p. 36): “não é evidente que um fenômeno sujeito à lei do progresso agasalhe sentido ou razão”. Na verdade, o autor critica o progresso ou o desenvolvimento como algo que gerasse um crescimento maior do conhecimento em geral.

Sem dúvida alguma, “o progresso científico é um fragmento, o mais importante, do progresso da intelectualização a que estamos submetidos desde milênios e relativamente ao qual algumas pessoas adotam, atualmente, posição estranhamente negativa” (WEBER, 2011, p. 37). A ciência é filha de seu tempo, a especialização impede de ver o todo. O homem civilizado não detém de mais conhecimento do que o homem selvagem, diz o autor (idem).

O mundo, com o advento do capitalismo e da globalização, com a multidão

de objetos, de fluxos e de fixos, já ensinava Milton Santos (1996), não fica mais intelectualizado; fica sim mais letrado — afinal, o número de pessoas com maior escolaridade aumentou —, mas isso não significa a ampliação da compreensão do conhecimento produzido ou a ampliação da consciência de mundo. Podemos, por exemplo, perceber que estamos diante de um contexto de novo desenvolvimento brasileiro (2010-2012), mas o que sabemos de forma muito simplificada e ideologizada é que estamos diante de um neodesenvolvimentismo, o que significa novos ideários em emergência que acreditam na economia como mola motriz para a geopolítica e o desenvolvimento social. Tais ideários presentes e formulados hoje têm se apresentado de forma confusa e contraditória, por intelectuais que se inscrevem nas práticas universitárias, nas instituições de gestão territorial e nas políticas públicas de Estado e de governos. Trata-se de um contexto recente — das décadas de 2000 e 2010 —, atravessado pela intensificação da racionalidade tecnocrática e desenvolvimentista, que se une à produção da sociedade de consumo e à intensificação e aceleração das ações rotineiras das grandes empresas, que reduzem em muito a compreensão de nosso estar no mundo e de nosso fazer científico, enquanto prática cotidiana. Desse modo, o crescimento da produção científica e de profissionais de nível superior, assim como as políticas educacionais e o crescimento do número de matrículas em todas as esferas do ensino, não têm deixado o mundo mais intelectualizado — mas sim consciente de nossa produção social no presente, e de nossa construção da história social para o futuro. Tornou-se um mundo mais letrado, mas não intelectualizado.

Weber (2001, pp. 37-38), ao refletir sobre a perda de sentido, afirma que o fato “de entrarmos num trem para nos deslocarmos de um lugar para o outro não significa que sabemos mais sobre o funcionamento do trem, a não ser que seja um físico ou professor de física — um profissional que conhece os mecanismos, técnicas e conhecimento do deslizar do trem”. No entanto, um selvagem ou um indígena sabe perfeitamente como agir para pegar um alimento diário e conhece os meios capazes para favorecê-lo em seu propósito. Conhece as ervas como medicamentos milenares. Os pescadores, por meio de oralidade, conhecem o “regime climático”: se vai chover, onde está o cardume; desenvolvem várias técnicas de redes e de embarcação e continuam criando, apesar das adversidades de seu meio ambiente. Novamente conforme Weber: a intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente a respeito das condições em que vivemos. Em outras palavras, não podemos dominar tudo por meio da precisão. Não mais se trata para nós, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar aos métodos mágicos para dominar os espíritos ou exorcitá-los, mas de recorrer à

técnica e à previsão. Essa é a essência da significação da intelectualização: o aprofundamento da especialização e a perda da totalidade do entendimento do mundo, que consistia no princípio da ciência.

Desse modo, Weber (2001) nos diz que, em termos mais gerais, esse processo de desencantamento, esse “progresso do qual participa a ciência como elemento e motor, tem significado que ultrapasse essa “pura prática” e essa “pura técnica”. Milton Santos, no livro *A natureza do espaço* (1996) já apontava para o perigo da técnica e do meio técnico-científico-informacional como construção e prático-inerte da racionalização dominante, ou seja, a criação do espaço normatizado, contendo assim as ideologias e hegemonias de agentes da escala mundo.

Sobre a tecnificação do mundo e a perda de sentidos, Leon Tolstói, depois de anos de análise sobre o tema da tecnificação e da racionalização do mundo, chega a uma questão importante: a morte é ou não é um acontecimento que encerra o sentido? Sua resposta é a de que, para o homem, não existe tal sentido. Diz Weber (2001) que este não pode existir porque, para o homem moderno, a vida individual navega no progresso infinito, e consoante seu sentido imanente infinito, essa vida não deveria ter fim: “por certo, há sempre possibilidade de novo progresso para aquele que vive no progresso — trata-se da ocidentalização — do mundo”. Continua o autor: “Abraão e os camponeses do passado morreram 'velhos e plenos de vida'”, pois estavam instalados num ciclo orgânico da vida, porque lhes havia reservado ao fim de seus dias todo o sentido que podia proporcionar-lhes e porque não subsistia enigma que eles ainda teriam desejado resolver. Portanto, podiam considerar-se plenos com a vida. Contrariamente, o homem moderno civilizado, posto em meio ao caminhar de uma civilização que se enriquece continuamente de pensamento, de experiências e de problemas, pode sentir-se “cansado” da vida, mas não “pleno” dela” porque, diz Weber (2001, p. 39), esse homem capta apenas o provisório e jamais o definitivo e, em virtude disso, a seus olhos a morte é um acontecimento que não faz sentido. Como a morte não faz sentido, a vida desse homem moderno também não o faz, já que a progressividade sem significação faz da vida um acontecimento igualmente sem significação. De acordo com o Weber, nas últimas obras literárias de Tolstói por toda parte encontra-se esse pensamento, que dá estilo a sua arte.

### Geografia e a busca de sentido

Voltando à ciência geográfica: nos ensinam sobre a história do pensamento geográfico, sobre as técnicas de fazer geografia, sobre os princípios e as metodologias, mas qual é o sentido da ação do fazer Geografia? Geografia para

quê? Geografia para quem? Diz Marramo (1997), analisando Weber, que toda ação é portadora de sentido. De duas orientações de sentido, pelo menos: 1) o sentido de imanência — da profissão, de suprir as necessidades imediatas, impostas por estar no mundo; 2) o sentido da transcendência (SILVA, 2002; Marramo, 1997). Por que esta profissão e não outra? Por que a escolha desta Geografia e não de outra? Por que este fazer geográfico e não outro?

O que hoje dá sentido à ciência não são o passado, os pressupostos e as abordagens, mas o desencantamento do mundo. O conjunto de racionalização científica não se atribui necessariamente à compreensão do sentido, sobretudo quando os atos tornam-se rotinização — e esses atos possuem sentidos externos e intenções incompreendidas, postos de fora para dentro.

O que dá sentido ao fazer ciência é a construção dos sentidos, do sentido de fazer Geografia; o fazemos quando ensinamos, o fazemos quando pesquisamos, o fazemos quando aprendemos com o outro. Fazemos Geografia quando estamos desencantados com o mundo.

Desse modo, torna-se útil prestar atenção no nosso fazer ciência, no sentido de ensinar e de aprender; de investigar e apreender com outros saberes. Mais do que descrever, observar, explicar e avaliar, o importante é compreender — construir uma ciência compreensiva, que antecipe a explicação. Não é possível explicar, julgar aquilo que não se conhece verdadeiramente. O acesso aos dados estatísticos nos ajuda a ver tendências, e não ao entendimento da totalidade do fenômeno estudado. Elaborar uma ciência compreensiva passa obrigatoriamente pelo debate epistemológico — sentido do fazer ciência — e pela averiguação de caminhos metodológicos que vejam o outro na totalidade daquilo que o outro é, identificando em si mesmo seus desejos, desideratos e juízos de valor.

Trata-se de ver o aluno ou o outro não como objeto do ensino ou da pesquisa. Ver o outro como sujeito, sujeito portador de sentido, portador de projetos de visão de mundo. Como diz Certeau (2009) em *A Invenção do cotidiano – artes do fazer*, é necessário compreender o homem ordinário em suas caminhadas pela cidade, identificar e compreender as ações dos homens ordinários na construção do lugar e do cotidiano.

### Reconstituindo o sentido do fazer da Geografia em diálogo com a Sociologia

Passemos agora a falar um pouco sobre a trajetória da professora Ana Clara Torres Ribeiro e o que nos ensinou sobre o tema deste texto. Ao longo de sua obra, ela apresenta os elos possíveis entre Geografia e Sociologia no debate do tempo

presente. Compreende o presente como desafio, ao reconhecer as formas de dominação e os elementos de resistência e de luta de emancipação. Criou conceitos importantes, e podemos destacar alguns neste artigo: vida metropolitana, tecido social, impulsos globais, sujeito corporificado e mercado socialmente necessário. Em seu memorial, nos oferece uma aula de metodologia de pesquisa e metodologia das ciências humanas, quando problematiza a construção de conceitos na compreensão de mundo diante do tempo presente, marcado pela crise societária (RIBEIRO, 2000, 2001, 2005, 2011).

Sua ampla produção científica orienta dois grandes caminhos. O primeiro deles é o da compreensão das formas de dominação, fundamentado pela racionalidade técnica, pela imposição de sentidos de ação portadores de ideologias, pela produção agenciada da cultura e pela modernidade fragmentada. O conceito de impulsos globais, que marcam ações e relações da economia, da cultura e da política mediada por interesses internacionais ou internacionalizados, nasce em diálogo com o conceito de globalização, buscando detalhar metodologicamente a compreensão dos mecanismos e dos projetos de secularização consubstancialmente inseridos nas ações impostas pela racionalidade dominante. Neste contexto, a autora reconhece o papel fundamental do espaço geográfico ao desenvolver pesquisas e atividade de ensino e de orientação junto com geógrafos em todo o Brasil.

O segundo caminho, não menos trabalhoso e interativo que o primeiro, consiste no desafio de compreender os movimentos sociais urbanos e se colocar no debate interdisciplinar sobre este conceito. Ana Clara Torres Ribeiro esteve sempre preocupada com a incorporação rápida de conceitos para ler a realidade brasileira. Ela chama a atenção para a necessidade da práxis e da análise compreensiva sobre a história social das lutas populares, nem sempre ditas nos textos acadêmicos (RIBEIRO, 1992). Ressalta também o perigo de se esperar dos movimentos populares brasileiros as mesmas características daqueles ditos nos textos importados de realidades muito distantes. Entre 1988 e 2000, deu ênfase às teorias da ação social e ao debate sobre o território e a metrópole. Publicou diversos textos problematizando sobre as tecnologias de comunicação e de informação na atualização da dominação quando cria novas técnicas, objetos e ações, na interação com a sociedade. Refletindo sobre a luta política e os movimentos sociais, elabora a metodologia de análise da microconjuntura — recorte que permite ver as estratégias populares do cotidiano e as lutas diárias frente ao processo de produção social do espaço, bem como na destruição de heranças culturais via mecanismos de veiculação da informação, de manipulação de desejos e de orientações políticas.

Por conseguinte, em 1996, criou o Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território – LASTRO. Na década de 2000, criou o conceito de cartografia da ação social, que explica de forma mais profunda a relação entre sociedade e espaço, ao problematizar as formas de representação da sociedade. Tal conceito nasce de um longo processo de diálogo com a geografia, conforme veremos a seguir, e nasce também em diálogo com a busca de densidade da compreensão do movimento da sociedade; ou seja, vai além da compreensão dos movimentos sociais instituídos, incluindo-se os movimentos espontâneos, o cotidiano praticado, as lutas e reivindicações que nascem da noite para o dia. Os protestos e desejos mais sutis que orientam as ações dos mais pobres e simples. Por isso, criou os conceitos de sujeitos corporificados e mercado socialmente necessário como construções analíticas teórico-conceituais para o aprofundamento da compreensão do cotidiano e das formas de construção de resistência no tempo presente, das lutas no processo de construção da cidade. Construiu Ana Clara a metodologia da ação social para dar visibilidade aos invisíveis ou invisibilizados da cena urbana, atravessada por megaprojetos e ações de agentes dominantes. Esta metodologia, ou caminho possível de compreensão da totalidade do mundo, constrói-se num diálogo profundo com os conceitos de território usado, espaço banal, homens lentos, espaço como abrigo.

Há algumas dicas e caminhos possíveis: Ana Clara Torres Ribeiro (1) aponta para o trabalho do professor-pesquisador, no qual esse fazer vai se construindo, e ao mesmo tempo o desejo, o sentido e o respeito ao outro. Há um pressuposto inicial que é o pensamento construído em diálogo com o humanismo concreto, este que reúne razão e sentir, que reúne ação e ética da dignidade e da alteridade, este que requer a compreensão de conceitos como produção viva do processo de pesquisa. (2) Vê a metodologia não como procedimentos, mas como caminhos possíveis, inscritos no diálogo com o outro – sujeito complexo. Assim, a metodologia é vista por Ana Clara como possibilidade de produzir novos olhares — novos caminhos. A seguir, veremos um pouco a trajetória desse fazer sociológico da autora em diálogo com possibilidades de fazeres em Geografia.

### Trajетórias do fazer sociológico em diálogo com a Geografia

Durante suas aulas, Ana Clara esteve sempre preocupada com a ausência ou falta da compreensão do espaço para o entendimento do movimento da sociedade. Diz a autora:

Mais do que reconhecer ausência ou falta do espaço na produção em sociologia — que precisaria ser explicada pela história do pensamento social, incluindo a influência do economicismo e a

especialização — é indispensável enfrentar questões relacionadas à forma como o espaço é trabalhado pelas diferentes correntes da geografia, procurando identificar aproximações ou distanciamentos com relação a problemáticas construídas pelas teorias sociológicas (RIBEIRO, 2011).

Identifica nessa construção dialógica limites e possibilidades criadas sobretudo pela forma como se dá a relação entre as disciplinas quando não se valoriza a compreensão das abordagens de cada campo científico em construção. Explica:

Por este caminho, torna-se possível reconhecer alternâncias na posição ocupada por cada disciplina que dependem da questão destacada para o trabalho interdisciplinar, da mesma forma que se torna possível verificar a existência de rotinas reflexivas que, caso não superadas, fragilizam o diálogo entre disciplinas. Essas rotinas podem fazer com que conceitos, longamente trabalhados, sejam banalizados ou desfigurados, como exemplifica, por vezes, o uso dos conceitos de lugar, território, cotidiano, sujeito social, ator político e espaço social (RIBEIRO, 2011, p. 17).

Sem dúvida, o fato do diálogo com a Geografia ter sido iniciado ainda nos anos 1970 facilitou o encontro de objetos de interesse comum a partir da leitura histórico-estrutural da formação social brasileira, reconhece a autora:

Naquele período, o pensamento crítico e a posição política teciam consensos e o marxismo abrigava (e superava) eventuais dificuldades oriundas dos constructos teóricos de cada disciplina. Também o convívio da sociologia com a política facilitava a aceitação da sua produção nos estudos em geografia, da mesma forma que a geografia trazia materialidade e concretude à sociologia (idem).

Aponta, portanto, para uma conjuntura política — ditadura e luta política e social —, para desigualdades e exclusão social e espacial, articulando a troca de leituras sociológicas, geográficas e filosóficas que contribuíram para o estreitamento do fazer sociológico e geográfico na busca da compreensão da totalidade analítica e na militância científica. Acrescenta a autora:

Essa aproximação entre disciplinas foi facilitada por atualizações da geografia, como as indicadas pela crítica ao espacialismo, ao empiricismo e ao quantitativismo no âmbito da Geografia. Havia interesse pela contribuição da reflexividade característica da

sociologia, o que permitiu a esta disciplina iniciar, por sua vez, a absorção de conceitos como: estrutura espacial, formação sócio-espacial, divisão social e territorial do trabalho. Por outro lado, a disponibilidade de corpos teóricos completos — como os oferecidos por Milton Santos em *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (HUCITEC/EDUSP, 1978) e *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (Francisco Alves, 1979) — possibilitava o reconhecimento de propósitos comuns concernentes tanto à teoria da totalidade social quanto ao tratamento da questão urbana (RIBEIRO, 2011, p. 23).

E mais:

A intensidade do trabalho com essa questão talvez possa ser explicada pelo fato das condições urbanas de vida surgirem como a demonstração mais incisiva do fracasso da modernização econômica promovida no período da ditadura e pelas expectativas políticas trazidas pela crescente visibilidade de formas de organização social e de protesto nos contextos metropolitanos (idem).

Quanto ao fazer sociológico, Ana Clara nos ensina:

A abertura da pauta política e da produção científica para além do universo imediato da fábrica significava uma grande oportunidade de uso de orientações conceituais concebidas a partir de maio de 1968, articuladas à análise do espaço urbano. São exemplos clássicos: de Henri Lefebvre, *O direito à cidade* (Documentos, 1969), *La révolution urbaine* (Gallimard, 1970), *La production de l'espace* (Anthropos, 1974); de Manuel Castells, *La Cuestión Urbana* (Siglo XXI, 1974) e de Jean Lojkine, *O Estado capitalista e a questão urbana* (Martins Fontes, 1981) (idem).

Diferentes processos podem ser associados à superação desse primeiro contexto do diálogo Sociologia-Geografia, ou Geografia e Sociologia, marcado por investimentos complementares. São alguns desses processos construídos na escala da cena político-científica no fazer acadêmico: (1) configuração do campo político das disputas territoriais do presente, com forte presença de geógrafos, o que, de alguma forma, reduz a legitimidade antes atribuída à Sociologia como ciência do presente; (2) crescente centralidade do espaço em diferentes áreas do conhecimento e a sua admissão como objeto transdisciplinar, incluindo a comunicação e a arte; (3) avanço técnico no conhecimento do território, que apoia a autossuficiência da

Geografia; e (4) transformações na intervenção do Estado, cada vez mais orientado para intervenções seletivas baseadas no território.

Nos termos sistema de ação e sistema de objetos, Santos constrói um diálogo com Ana Clara Torres Ribeiro, ao longo de anos de pesquisa e conversas cotidianas. Na relação entre a Geografia e a Sociologia, acrescenta a autora:

A conjugação desses processos de produção da sociedade e do espaço no tempo presente, que se encontram relacionados à globalização da economia e a mudanças na esfera política, transformou a natureza das relações entre sociologia e geografia e, sobretudo, conteúdos e sentidos do espaço. A escala atingida por esse patamar de mudanças — que pode ser apreendida pela observação do percurso de David Harvey desde *A justiça social e a cidade* (HUCITEC, 1980) até *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (Loyola, 1992) e *Espaços de esperança* (Loyola, 2004) — transforma objetivos da sociologia, uma disciplina chamada a refletir, ao mesmo tempo, a possibilidade de pensar e o devir, como inspira dizer Henri Lefebvre (*Lógica formal / lógica dialética*, Civilização Brasileira, 1979) (RIBEIRO, 2011).

Em circunstâncias marcadas por instabilidade e incerteza, torna-se especialmente árduo realizar esse duplo movimento em direção à pesquisa e ao ensino interdisciplinar, reconhece Ana Clara Torres Ribeiro. Pela intensidade do diálogo pré-existente com a Geografia, foi através da atualização desta disciplina que ela conseguiu, com mais segurança, reconhecer alguns dos investimentos em Sociologia que precisaria realizar. Segundo Ana Clara:

Os grandes veios trabalhados pela geografia são os mesmos do “fazer sociologia”, na medida em que têm, numa de suas faces, a filosofia, a reflexão da condição humana, e, noutra face, o método. O rigoroso trabalho nesses veios pode ser reconhecido na transformação reflexiva experimentada por Milton Santos desde o livro já citado *Por uma geografia nova* até a sua obra mais completa, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (HUCITEC, 1996). Nessa transformação, que é ao mesmo tempo política e científica, permanece uma constante, o compromisso com o concreto.

O peso dessa constante implica na descoberta de instrumentos que garantam conhecimento. Exemplificam essa diretriz da produção científica os seguintes livros: de Milton Santos, *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (HUCITEC, 1978) e *Espaço e Método* (Nobel, 1985); de Milton Santos e Maria Adélia A. de Souza (orgs.), *O espaço interdisciplinar* (Nobel, 1986) e *A construção do espaço* (Nobel, 1986),

no qual ela publicou o texto “O fato metropolitano: espaço e sociedade”. Em decorrência desse compromisso da geografia, o diálogo interdisciplinar constituiu-se em valioso abrigo frente a impactos potencialmente destrutivos da crise paradigmática das ciências sociais (RIBEIRO, 2011, p. 27).

Segundo Ana Clara, essa descoberta de instrumentos reflexivos e de problemas de compreensão de mundo que garantam o conhecimento, como detalhado noutro item do memorial da autora (2011),

ainda permitiu acúmulos teóricos e de método que gradualmente viabilizaram tanto a descoberta de caminhos para uma contribuição mais efetiva da sociologia a questões de interesse da geografia, especialmente as relacionadas à ação social e aos coletivos ativos, quanto a interlocução com núcleos de pesquisa em urbanismo.

Dos núcleos de pesquisa em Geografia, Ana Clara Torres Ribeiro recorda de muitas interlocuções com geógrafos — professores e estudantes — em todo o Brasil. Neste artigo, destacamos a interlocução com o Instituto Territorial, criado por Maria Adélia de Souza em Campinas. Através das atividades editoriais desse instituto, publicou o texto “Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado” na coletânea organizada por Souza *Território brasileiro: usos e abusos* (2003). Outra interlocução sempre preservada e estimulante acontece com a equipe do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB), coordenado por Júlia Adão Bernardes no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dentre tantas outras interlocuções importantes realizadas junto aos geógrafos, em grupo de pesquisas e programas de pós-graduação em Geografia em todo o país. Várias disciplinas em diálogos com a Geografia foram ministradas: “Teorias da ação e análise de conjuntura” (1999), “Teorias da ação” (2004), “Teorias da ação: conflito, projeto e território” (2006), “Teorias da ação: política, território e vínculo social” (2007), “Teorias da ação: contradições e movimentos sociais” (2008), ministradas no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ). O curso “Teorias da ação” foi também oferecido no Instituto de Geociências da Unicamp, em 2002, para alunos do curso de graduação em Geografia (RIBEIRO, 2011).

### Considerações em andamento

Nos limites deste artigo, é difícil finalizar ideias que estão borbulhando em

nossas mentes. Perdemos a nossa querida Ana Clara Torres Ribeiro, em 9 de dezembro de 2011, por motivo de seu falecimento no Rio de Janeiro. Deixou um amplo acervo, orientações, textos e trabalhos que conformam uma grande herança intelectual — um pensamento vivo — ainda a ser mais profundamente compreendido. Trabalhei com Ana Clara durante 26 anos, buscando entender os verdadeiros e densos diálogos realizados por ela no seu trabalho junto à interface Geografia-Sociologia, nem sempre fáceis e simples de compreender, pois são mediados pela arte de fazer ciência e pela problematização filosófica que ela e Milton Santos tanto consideravam e faziam. Se Santos pode ser considerado o “filósofo das técnicas e da natureza do espaço”, poderíamos dizer que Ana Clara Torres Ribeiro é a “filósofa da sociologia do presente e da cartografia da ação social”. Sem dúvida, nos ajudou densamente no entendimento do território, ao explicar os sentidos da ação social.

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CASTELLS, Manuel. *La Cuestión Urbana*. Barcelona: Siglo XXI, 1974.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. *La terre, géographie physique et économique*. Paris: Delagrave, 1883.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ed. Ática, 1980.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARRAMAIO, Giacomo. *Céu e terra: genealogia da secularização*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da Geografia moderna*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1989.
- MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o Pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- POULANTZAS, Nico. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara T. *Movimentos, sujeitos e política: elementos para a prática pedagógica*. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 1, p. 89-103, dez. 1992.
- RIBEIRO Ana Clara T. *Outros territórios, outros mapas*. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p. 263-272, set./dez. 2005.

- RIBEIRO, Ana Clara T. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XII, n. 2. p. 107-125, ago./dez. 1998.
- RIBEIRO, Ana Clara T *et al.* *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.
- RIBEIRO, Ana Clara T.; CAMPOS, Andreilino; SILVA, Catia A. da. *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Micro-conjuntura: uma proposta de análise da aceleração da vida urbana. *Revista de Ciências Sociais*, San José, n. 19, p. 94-103, 2001.
- RIBEIRO, Ana Clara T. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 21, p. 23-32, set./dez. 2006.
- RIBEIRO, Ana Clara T. A natureza do poder: técnica e ação social. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, n. 7, p. 13-14, ago. 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITTO, Fabiana; JACQUES, Paola B. (orgs.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUBA, 2010. p. 24-41.
- RIBEIRO, Ana Clara T.; SILVA, Catia A. da. Tendências da metropolização brasileira: ação e território. *Rio Urbano: Revista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 38-45, jun. 2003.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Leituras de movimentos: conjuntura, ação e poder. *Temporalis*, Brasília, v. II, p. 09-20, jul./dez. 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Prefácio. In: ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, COPPE, 2006. p. 7-14.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005b.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 82-86, jan./abr. 2000b.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In SILVA, Catia A. da (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: FAPERJ & LAMPARINA, 2011. p. 19-34.
- RIBEIRO, Ana Clara T. *Transcrição de conferência proferida durante o concurso de Professor Titular no IPPUR-UFRJ*. Rio de Janeiro: LASTRO, 2012 (no prelo).
- RIBEIRO, Ana Clara T.; BARRETO, Amélia Rosa Sá; LOURENÇO, A.; COSTA, Laura Maul de Carvalho; AMARAL, Luís César Peruci do. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 33-52, ago. 2001b.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de (orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de (orgs.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton *et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: 2000.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. HUCITEC, 1978.
- SILVA, Catia Antonia da. *Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: 2006.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora UNB, 2000.

## Sobre a autora

*Catia Antonia da Silva*: possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), mestrado em Planejamento Urbano e Regional (1994) e doutorado em Geografia (2002) pela mesma universidade. Atualmente, é professora adjunta do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

\* \* \*

### ABSTRACT

#### Doing Geography in search of meanings or Geography in dialogue with the Sociology of the present time

Given the social and economic changes, as well as the societal and political crisis in the contemporary period, which are accompanied by great modifications in the social production of space, it is essential that, not only the role of sciences in the process, but also the present doing of Geography, should be discussed. In the daily routine of Geography, there arises a need to view methodological possibilities and concept creations from the perspective of interdisciplinarity. Attempting, through an interdisciplinary analysis, to point out how importantly the work of the sociologist Ana Clara Torres Ribeiro has contributed to enriching the dialogue between Sociology and Geography, this article is divided into three sections. The first one raises questions about the implications and the challenges of doing science. The second one problematizes the limits of routinisation and rationalisation in doing geographical science. The third section, presenting the contributions of Ana Clara Torres Ribeiro to the discipline, shows the social and political contexts which favour an interdisciplinary collaboration between Geography and Sociology.

**KEYWORDS:** Geography, Sociology, scientific doing, present time.

### RESUMEN

#### El hacer geográfico en búsqueda de sentidos o la Geografía en diálogo con la Sociología del tiempo presente

Ante los cambios sociales y económicos, así como la crisis societaria y política de la contemporaneidad, que se acompañan de grandes mutaciones en la producción social del espacio, es imprescindible discutir no sólo el papel que desempeñan las ciencias en ese proceso, sino también la manera en que en el presente se hace Geografía. En la práctica geográfica diaria, es un desafío comprender las posibilidades metodológicas y la creación de conceptos desde la perspectiva de la interdisciplinaridad. Inténtase aquí, por medio de un análisis interdisciplinar, exponer la importancia que la obra de la socióloga Ana Clara Torres Ribeiro tiene para el enriquecimiento del diálogo entre la Sociología y la Geografía, por lo que se divide este artículo en tres secciones. La primera pone en discusión las implicaciones y los desafíos de hacer geografía. La segunda problematiza los límites de rutinizar y racionalizar el hacer de la ciencia geográfica. La tercera sección, discutiendo sobre las contribuciones de Ana Clara Torres Ribeiro a la disciplina, presenta los contextos sociales y políticos que favorecen la colaboración interdisciplinar entre la Geografía y la Sociología.

**PALABRAS CLAVE:** Geografía, Sociología, hacer científico, tiempo presente.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

*Artigo recebido em junho de 2012. Aprovado em julho de 2012.*